



2025

RELATÓRIO
ANUAL DE
INFORMAÇÕES

Índice



03	Mensagem da Diretoria Executiva
04	Fatos Relevantes em 2025
06	Demonstrações Contábeis
12	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
34	Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento do Exercício de 31/12/2025
41	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
44	Parecer do Conselho Fiscal
45	Resolução do Conselho Deliberativo

Mensagem da Diretoria Executiva



Prezado(a) leitor(a),

Ao apresentarmos o Relatório Anual de Informações de 2025, reafirmamos o compromisso da PREVHAB com a gestão técnica, prudente e transparente dos recursos que garantem a tranquilidade de nossos participantes e assistidos. O ano de 2025 foi marcado por um cenário macroeconômico de desafios persistentes, mas também de oportunidades que permitiram aos nossos planos administrados encerrar o exercício com um patrimônio de R\$ 618,7 milhões em investimentos, apresentando rentabilidades positivas e consistentes, especialmente no último trimestre.

No Plano de Benefícios Plenus, o desempenho dos investimentos em Renda Fixa foi o grande destaque positivo, superando a meta atuarial e servindo como porto seguro para a nossa carteira em um período de volatilidade. Ao longo do ano, a receita previdencial total alcançou R\$ 42,4 milhões, sendo R\$ 38,4 milhões provenientes diretamente dos investimentos, R\$ 2,6 milhões das contribuições dos participantes e R\$ 1,4 milhão de reversões de contingências judiciais favoráveis à entidade.

Contudo, a gestão previdenciária de longo prazo exige que olhemos com atenção para os pontos de atenção técnica. Cumprindo nossa missão primordial, despendemos R\$ 58,5 milhões no pagamento de benefícios, honrando o compromisso com cada assistido. Somando-se a isso, as provisões atuariais cresceram

a R\$ 7,5 milhões e o custeio administrativo totalizou R\$ 8,5 milhões. O confronto entre essas obrigações e as receitas do período resultou em um crescimento do déficit técnico do Plano Plenus, que atingiu R\$ 45,2 milhões ao final do exercício.

É imperativo comentar a situação da carteira imobiliária — um ativo de valor intrínseco, mas que atualmente representa um custo de oportunidade para o Plano. Caso os valores aplicados nesses imóveis estivessem alocados no mercado financeiro à taxa atuarial, o Plano Plenus auferiria anualmente cerca de R\$ 14 milhões adicionais. Conservamos a esperança de que não estejamos tão distantes da solução, pois os imóveis estão bem localizados e em excelente estado, o que sustenta seu potencial de valorização e liquidez futura.

Aos nossos participantes, deixamos uma mensagem de segurança: embora o déficit técnico acumulado seja um dado relevante, o Plano Plenus possui direitos que estão sendo arguidos judicialmente e que superam o valor deste déficit. Seguimos trabalhando incansavelmente na defesa desses direitos e na otimização da rentabilidade de ativos, garantindo que a jornada iniciada por cada um de vocês continue sendo trilhada com segurança, respeito e solidez.

Boa leitura!

Diretoria Executiva

Fatos Relevantes em 2025

Ao longo de 2025, determinados acontecimentos marcaram a gestão da PREVHAB. Confira os destaques de cada semestre do ano, a seguir.

Diretores e conselheiros eleitos em 2024 tomam posse na PREVHAB, em cerimônia híbrida.



Segmento imobiliário volta a impactar o resultado consolidado dos investimentos do Plano de Benefícios Plenus.



Relatório Anual de Informações referente ao exercício de 2024 da PREVHAB é publicado.



Ato Regulamentar Aditivo nº 1: benefícios de quem fez esta opção são reajustados em 5,20%.



1º SEMESTRE





2º SEMESTRE



Marcio Miller, Diretor Financeiro da PREVHAB, revela em entrevista como a gestão do Plano de Benefícios Plenus tem se posicionado diante dos desafios macroeconômicos que impactam o desempenho dos investimentos e quais as estratégias adotadas pela entidade para garantir a sustentabilidade dos benefícios.



PREVHAB inicia campanha anual de Recadastramento – Prova de Vida dos seus participantes.



Recadastramento – Prova de Vida: procedimento passar a ser realizado também pelo site ou WhatsApp da PREVHAB.



Planos administrados pela PREVHAB encerram 2025 com R\$ 619 milhões em investimentos e rentabilidades positivas.

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial Consolidado

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024


R\$ mil

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DISPONÍVEL	4	627	266	EXIGÍVEL OPERACIONAL		7.692	2.236
REALIZÁVEL		621.738	640.374	Gestão Previdencial	9	6.554	1.167
Gestão Previdencial	5	1.773	1.748	Gestão Administrativa	10	1.102	1.039
Gestão Administrativa	6	1.200	1.169	Investimentos	11	36	30
Investimentos	7	618.765	637.457	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		13.920	5.527
Títulos Públicos		22.541	21.670	Gestão Previdencial	12	13.875	5.509
Ativo Financeiro de Crédito Privado		18.459	23.704	Gestão Administrativa	13	45	18
Fundos de Investimentos		403.121	355.404	PATRIMÔNIO SOCIAL	14	601.460	633.583
Investimentos em Imóveis		153.865	151.766	Patrimônio de Cobertura do Plano		583.024	614.220
Operações com Participantes		10.136	10.723	Provisões Matemáticas		628.277	627.318
Recursos a Receber - Precatórios		10.643	74.190	Benefícios Concedidos		620.611	619.814
				Benefícios a Conceder		7.666	7.504
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	8	707	706	Equilíbrio Técnico		-45.253	-13.098
Imobilizado		443	444	Resultados Realizados		-45.253	-13.098
Intangível		264	262	(-) Déficit Técnico Acumulado		-45.253	-13.098
				Fundos		18.436	19.363
				Fundos Administrativos		18.436	19.363
TOTAL DO ATIVO		623.072	641.346	TOTAL DO PASSIVO		623.072	641.346

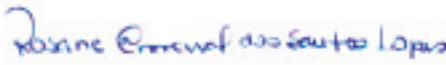
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ n  42.174.631/0001-77


Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

DESCRI�O	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIA�O (%)
R\$ mil			
A) Patrimônio Social - início do exercício	633.583	592.458	6,94
1. Adi�es	43.381	116.708	-62,83
Contribui�es Previdenciais	308	2.921	-89,46
Outras Adi�es Previdenciais	4	5.471	-99,93
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	32.239	97.251	-66,85
Receitas Administrativas	8.451	8.970	-5,79
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.375	1.948	21,92
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	4	147	-97,28
2. Dedu�es	-75.505	-75.583	-0,10
Benefícios	-63.311	-62.011	2,10
Resgates	0	-372	-100,00
Outras Dedu�es	-36	-26	38,46
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-401	-1.985	-79,80
Despesas Administrativas	-11.757	-11.189	5,08
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	-32.124	41.125	-178,11
Provisões Matemáticas	958	-6.171	-115,52
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-32.155	47.420	-167,81
Fundos Administrativos	-927	-124	647,58
B) Patrimônio Social no final do exercício (A + 3)	601.459	633.583	-5,07

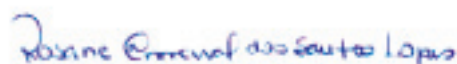
As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRA O E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77


Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024


R\$ mil


DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
1 - ATIVOS	621.925	640.289	-2,87
DISPONÍVEL	97	228	-57,46
RECEBÍVEIS PREVIDENCIAL	20.210	21.111	-4,27
INVESTIMENTO	601.618	618.950	-2,80
TÍTULOS PÚBLICOS	22.443	21.492	4,42
ATIVO FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADOS	18.459	23.704	-22,13
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	386.072	337.075	14,54
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	153.865	151.766	1,38
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	10.136	10.723	-5,47
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	10.643	74.190	-85,65
2 - OBRIGAÇÕES	20.465	6.706	205,17
OPERACIONAL	6.590	1.197	450,54
CONTINGENCIAL	13.875	5.509	151,86
3 - FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	18.436	19.362	-4,78
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	18.436	19.362	-4,78
4 - ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	583.024	614.221	-5,08
PROVISÕES MATEMÁTICAS	628.277	627.319	0,15
DÉFICIT TÉCNICO	-45.253	-13.098	245,50
5 - APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	-45.253	-13.098	245,50
b) (+/-) Ajuste de Precificação	0	0	0,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-45.253	-13.098	245,50


As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ n  42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

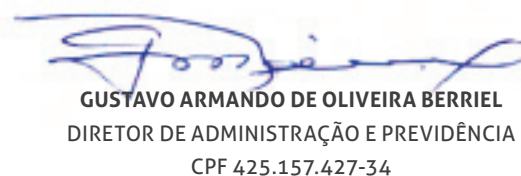
DESCRI�O	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIA�O (%)
R\$ mil			
A) Ativo Líquido - início do exercício	614.221	572.972	7,20
1. Adi�es	34.871	107.885	-67,68
Contribui�es	2.628	5.162	-49,09
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	32.239	97.251	-66,85
Outras Adi�es Previdenciais	4	5.472	-99,93
2. Dedu�es	-66.068	-66.636	-0,85
Benefícios	-63.311	-62.011	2,10
Resgates	0	-372	-100,00
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-401	-1.985	-79,80
Custeio Administrativo	-2.320	-2.242	3,48
Outras Dedu�es	-36	-26	38,46
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-31.197	41.249	-175,63
Provisões Matemáticas	958	-6.171	-115,52
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-32.155	47.420	-167,81
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	583.024	614.221	-5,08
C) Fundos não Previdenciais	-927	-124	647,58
Fundos Administrativos	-927	-124	647,58

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025



MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78



GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRA O E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34



MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68



ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77


Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)	603.489	620.925	-2,81
1. Provisões Matemáticas	628.277	627.318	0,15
1.1. Benefícios Concedidos	620.611	619.814	0,13
Benefício Definido	620.611	619.814	0,13
1.2. Benefícios a Conceder	7.666	7.504	2,16
Benefício Definido	7.666	7.504	2,16
2. Equilíbrio Técnico	-45.253	-13.098	245,50
2.1. Resultados Realizados	-45.253	-13.098	245,50
(-) Déficit Técnico Acumulado	-45.253	-13.098	245,50
3. Exigível Operacional	6.590	1.196	451,00
3.1. Gestão Previdencial	6.554	1.166	462,09
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	36	30	20,00
4. Exigível Contingencial	13.875	5.509	151,86
4.1. Gestão Previdencial	13.875	5.509	151,86

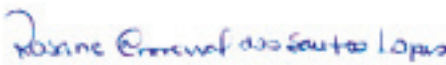
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025


MÁRIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

R\$ mil


DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	19.362	19.486	-0,64
1. Custeio da Gestão Administrativa	10.826	10.919	-0,85
1.1. Receitas	10.826	10.919	-0,85
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.320	2.242	3,48
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.125	6.717	-8,81
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6	12	-50,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.375	1.948	21,92
2. Despesas Administrativas	11.757	11.190	5,07
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	11.749	11.013	6,68
Pessoal e Encargos	8.409	7.898	6,47
Treinamentos/Congressos e Seminários	27	25	8,00
Serviços de Terceiros	1.884	1.679	12,21
Despesas Gerais	775	784	-1,15
Depreciações e Amortizações	91	59	54,24
Tributos	563	568	-0,88
2.2. Outras Despesas	8	177	-95,48
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-4	-147	-97,28
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	-927	-124	647,58
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	-927	-124	647,58
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	18.435	19.362	-4,79

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025




MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78



GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34



MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68



ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4
CPF 702.229.677-49

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 31 de dezembro
de 2025 e de 2024



1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Prevhav Previdência Complementar é uma associação sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar Planos de Benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o estabelecido nos respectivos Regulamentos e Convênios de Adesão, e está autorizada a atuar como entidade multipatrocinada.

1.2. O Estatuto da PREVHAB está enquadrado nas disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), em 14 de dezembro de 2005, através da Portaria nº 295, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2005.

1.3. A PREVHAB administra os seguintes Planos:

1.3.1. Plano de Benefícios Plenus registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 1971.0002-56 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 48.306.543/0001-68, estruturado na modalidade de benefício definido; e

1.3.2. Plano de Gestão Administrativa – PGA que contém as normas que regem a gestão administrativa dos planos de benefícios.

2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. A PREVHAB apresenta as Demonstrações Contá-

beis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, em conformidade, com as regras, critérios e procedimentos contábeis adotados para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) instituídos pela ITG - Interpretação Técnica Geral 2001, aprovada pela Resolução nº 1.272 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 22/01/2010, e em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC/MPS nº 62, de 09/12/2024, Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, e alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.185, de 28/08/2009.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos contempla, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e os Fluxos dos

Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior.

2.2. As principais práticas adotadas são resumidas a seguir:

- a)** A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdencial e o plano de gestão administrativa.
- b)** Na apurac o do resultado as Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas dos Fluxos de Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de

competência de exercícios.

c) As contribuições para a Gestão Previdencial do Plano de Benefícios na modalidade Benefício Definido são registradas pelo regime de competência.

d) Os títulos públicos, créditos privados e depósitos, são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação: aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: aqueles com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

e) Os Fundos de Investimento são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

f) Os Investimentos em Imóveis estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. Os imóveis são reavaliados, no mínimo, anualmente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

g) Os empréstimos concedidos aos participantes são

apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos.

h) A entidade constituiu provisão para perdas sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, determinada em função do tempo de atraso no recebimento do valor principal, de parcela ou de encargos, conforme os seguintes parâmetros: I - provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias; II - provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias; III - provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias; IV - provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias; V - provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias; VI - provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e VII - provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

i) No imobilizado e intangível os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

j) No Exigível Operacional o registro das obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras.

k) As férias, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, segundo o regime de competência.

l) Nos Ativos e Passivos Contingentes registram o montante das provisões decorrentes de ações judiciais passivas mantidas contra a PREVHAB. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito estimada pelos advogados patrocinadores dos processos. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 da Comissão de Valores

Mobiliários - Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15/09/2009, conforme descrito a seguir:

➤ Ativos contingentes (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

➤ Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades movidas por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por consultores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisões e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

m) As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais, realizados por consultoria atuarial responsável pelo plano, mediante elaboração de parecer atuarial. Essas Provisões representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, ajustados a valor presente, em conformidade com a Resolução Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 30, de 10/10/2018.

n) Nas estimativas atuariais e contábeis a elaboração

das Demonstrações Contábeis requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas incluem: as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelo plano; as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações; o valor justo de determinados instrumentos financeiros e do ativo imobiliário obtido por meio de reavaliação com o objetivo de assegurar que os valores registrados reflitam adequadamente o preço de mercado.

o) Nas operações administrativas o Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio próprio independente do Plano de Benefícios Previdencial. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos, receitas diretas e outras receitas) e deduzidos das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo (PGA) foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefícios.

p) Os ajustes e eliminações ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdencial no Fundo Administrativo registrado no PGA.

q) As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

r) Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro inerentes às despesas da Entidade com a administração do plano de benefícios.

3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios e do PGA.

4. ATIVO DISPONÍVEL

A posição consolidada do Ativo Disponível em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, referente aos saldos das contas correntes é a seguinte:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano Plenus:	97	228
a) CEF nº 790.391-0	-	31
b) CEF nº 577079195-7	27	-
c) CEF nº 577079179-5	1	-
d) BRADESCO S/A nº 2.862-2	17	19
e) BRADESCO S/A nº 37.979-4	-	131
f) BANCO ITAÚ S/A nº 20.371-6	19	21
g) BANCO ITAÚ S/A nº 64.033-3	12	10
h) BANCO ITAÚ S/A nº 52.710-0	21	16
Plano PGA:	530	38
a) BRADESCO S/A nº 2.862-2	391	36
b) BRADESCO S/A nº 37.979-4	106	-
c) CEF nº 577079195-7	33	-
d) CEF nº 790.310-0	-	1
e) BANCO ITAÚ S/A nº 65.316-1	-	1
Total do Ativo Disponível	627	266

5. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Ativo Realizável – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano Plenus:		
a) Recursos a Receber:	531	503
Contribuições em Atraso de Participantes:	270	265
Ativos	1.143	1.036
(-) Provisão para Perdas	(873)	(771)
Outros Recursos a Receber	261	238
b) Adiantamentos de Créditos a Assistidos	69	48
c) Depósitos Judiciais/Recursais	1.027	1.061
d) Outros Realizáveis:	147	136
Contribuições Pretéritas	15	15
(-) Provisão para Perdas	(15)	(15)
Pecúlio Especial	147	136
Ações Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	6.365	5.998
Ações a serem Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	2.985	2.985
(-) Provisão para Perdas	(9.350)	(8.983)
Ação contra a CEF	100	100
(-) Provisão para Perdas	(100)	(100)
Total do Ativo Realizável – Gestão Previdencial	1.774	1.748

5.1. Plano Plenus

a) Os “Recursos a Receber” de R\$ 531 mil apresentam a seguinte composição:

- R\$ 270 mil de “Contribuições em Atraso de Participantes Ativos” deduzidas da provisão para perdas.
- R\$ 261 mil de “Outros Recursos a Receber” referem-se à regularização de saldos bancários (R\$ 106

mil) e valor a receber do PGA (R\$ 155 mil).

b) Os “Adiantamentos de Créditos a Assistidos” de R\$ 69 mil referem-se a benefícios (R\$ 3 mil) e 13º salário (R\$ 66 mil).

c) Os “Depósitos Judiciais/Recursais” de R\$ 1.027 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Previdencial.

d) Os “Outros Realizáveis” de valores a receber de R\$ 147 mil apresentam a seguinte composição:

➤ R\$ 15 mil de “Contribuições Pretéritas” a receber de participantes, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como possíveis perdas;

➤ R\$ 147 mil de “Pecúlio Especial” a receber dos participantes;

➤ R\$ 6.365 mil referentes ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de janeiro de 1999, cujos valores encontram-se integralmente provisionados como possíveis perdas e estão sendo cobrados da Caixa Econômica Federal e da FUNCEF através das Ações Ordinárias nº 2006.34.00.000384-1, em curso na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, cuja apelação interposta pela PREVHAB permanece aguardando julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região; e nº 2009.34.00.026743-9, em curso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, continua aguardando julgamento da apelação interposta pela PREVHAB foi provida para anular a sentença recorrida, porém, no mérito, o pedido da PREVHAB foi julgado improcedente e está aguardando o julgamento dos embargos de declaração opostos pela PREVHAB em 17/12/2025.

➤ R\$ 2.985 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de fevereiro de 2006, assim como de outros valores de responsabilidade da Caixa Econômica

Federal e FUNCEF, para as quais a PREVHAB não tenha ainda movido ação de ressarcimento, cujo valor encontra-se totalmente provisionado como possível perda;

➤ R\$ 100 mil do valor da ação judicial de cobrança contra a Caixa Econômica Federal (processo nº 2007.51.01.002154-5 da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro), referente ao reembolso dos valores de responsabilidade do INSS pagos pela PREVHAB no período de março de 1987 a fevereiro de 1988 aos seus associados. O valor está provisionado na sua totalidade como provável perda. Em 07/12/2022, deu-se provimento ao recurso de apelação interposto pela PREVHAB, reformando a sentença de improcedência, para condenar a CEF ao reembolso dos valores pagos pela PREVHAB aos seus associados, no período compreendido entre março de 1987 e fevereiro de 1988, a título de benefício previdenciário pelo RGPS, na forma do acordo firmado entre as partes, corrigidos e acrescidos dos juros legais, nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal, cujo montante deverá ser apurado em sede de procedimento de liquidação. Considerando o trânsito em julgado do processo no Superior Tribunal de Justiça, a PREVHAB iniciou, em 08/12/2025, a fase de liquidação de sentença por arbitramento, para apurar o valor devido pela Caixa Econômica Federal, em decorrência de sua condenação. A CEF foi intimada para se manifestar, estando os autos aguardando a manifestação da CEF.

6. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Ativo – Realizável – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

	R\$ mil	
Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
a) Contas a Receber:	988	953
Responsabilidade de Empregados	2	-
Responsabilidade de Terceiros	3	3
Outros Recursos a Receber	983	950
b) Despesas Antecipadas:	133	137
Férias	35	36
Despesas Miúdas	1	1
Empréstimos de Férias	97	100
c) Depósitos Judiciais/Recurais	76	76
d) Outros Realizáveis/ IRRF a Recuperar	3	3
Total do Ativo Realizável – Gestão Administrativa	1.200	1.169

6.1. Plano PGA

a) As “Contas a Receber” de R\$ 988 mil apresentam a seguinte composição:

- R\$ 2 mil de “Responsabilidade de Empregados” referem-se aos adiantamentos do INSS.
- R\$ 3 mil de “Responsabilidade de Terceiros” referem-se aos adiantamentos a advogados.
- R\$ 983 mil de “Outros Recursos a Receber” referem-se a valor a ser repassado pelo Plano de Benefícios Plenus.

b) As “Despesas Antecipadas” de R\$ 133 mil referem-se a adiantamentos a empregados a receber, sendo R\$ 35 mil de férias, R\$ 1 mil de despesas miúdas e R\$ 97 mil de empréstimos de férias.

c) Os “Depósitos Judiciais/Recurais” de R\$ 76 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Administrativa.

d) Os “Outros Realizáveis” de R\$ 3 mil referem-se a IRRF a recuperar.

7. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202, de 27/03/2025, e ao estabelecido na Política de Investimento, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

a) Política de Investimento

A gestão dos ativos dos Planos de Benefícios Plenus e do Plano de Gestão Administrativa – PGA no ano de 2025 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimento aprovadas pela Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 528ª Reunião Ordinária, de 11/12/2024, e pelo

Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 265ª Reunião Ordinária, de 19/12/2024, com vigência de 01/01/2025 a 31/12/2029.

b) Agente Custodiante e de Controladoria

Em 09 de outubro de 2001, para execução dos serviços de Agente Custodiante e de Controladoria, foram firmados com o Banco Itaú S.A. o Contrato de Centralização de Dados, o Contrato de Custódia para Carteira com Precificação e os Contratos de Custódia e Controladoria para os Fundos Exclusivos.

Através da custódia e controladoria, o Banco garante a fidelidade do patrimônio lançado no balanço, apura a rentabilidade dos segmentos de renda fixa e renda variável e não liquida operações, da carteira própria, que estejam em desacordo com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes e com a Política de Investimento fixada pela administração da PREVHAB.

c) Controle de Riscos

No âmbito da Política de Investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado e de crédito. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações dos preços dos ativos em que são investidos os recursos garantidores dos Planos administrados pela PREVHAB. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido.

A PREVHAB monitora o risco de crédito por meio de relatório específico com todos ativos e seus respectivos emissores e ratings, atribuídos por agência(s) classificadora(s) de risco, observados os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202, de 27/03/2025, enquanto o risco de mercado é acompanhado diariamente através de modelo próprio e adicionalmente por relatórios mensais de mensuração de riscos elaborados pela firma de consultoria financeira Aditus Consultoria e Sistemas Ltda.

d) Gestão de Investimentos

d.1) O Plano de Benefícios Plenus, em 31/12/2025, dispunha de 8 (oito) Fundos de Investimento, sendo 7 (sete) no segmento de Renda Fixa e 1 (um) no segmento Imobiliário, a seguir discriminados:

► Segmento de Renda Fixa: Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhab Multimercado (Gestor: Caixa Econômica Federal); Prevhab Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa (Gestor: Sul América Investimentos DTVM); HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Performance Institucional (Gestor: HSBC Gestão de Recursos Ltda.); BNP Paribas Match DI FI Referenciado (Gestor: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.); Itaú Institucional Referenciado DI FI (Gestor: Itaú Asset Management Ltda.); Icatu Vanguarda Dinâmico Institucional FIF Multimercado Responsabilidade Ltda. (Gestor: Icatu Vanguarda Gestão de Recursos); e Santander IRF M Títulos Públicos Renda Fixa FIF Responsabilidade Ltda. (Gestor: Santander Brasil Gestão de Recursos).

► Segmento Imobiliário: Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (Gestor: Hedge Investments Real Estate Gestão de Recursos Ltda.).

No ano de 2025 a rentabilidade líquida dos investimentos do Plano de Benefícios Plenus foi de 5,44% inferior 3,54 pontos percentuais à meta atuarial de 8,98% (INPC+4,60% aa.), decorrente dos resultados dos investimentos do segmento Renda Fixa de 9,57%, Operações com Participantes de 7,21% e Imobiliário de -3,70%.

d.2) Os recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA estão aplicados no Fundo Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (Gestor Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.), Bradesco H FI RF Referenciado DI Longo Prazo (Gestor BRAM – Bradesco Asset Management S.A.) e nos Certificados Variação Salarial – CVS do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. A rentabilidade dos investimentos do Plano no ano de 2025 foi de 14,43% superior 0,10 ponto percentual ao CDI de 14,33%.

A posição consolidada do Ativo Realizável – Investimentos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:	601.618	618.950
Títulos Públicos	22.443	21.492
Ativos Financeiros de Créditos Privados	18.460	23.704
Debêntures	379.078	328.919
(-) Perdas Estimadas	(360.618)	(305.215)
Fundos de Investimento	386.072	337.074
Investimentos em Imóveis	153.865	151.766
Operações com Participantes	10.135	10.723
Recursos a Receber - Precatórios	10.643	74.191
.Plano PGA:	17.147	18.507
Títulos Públicos	98	178
Fundos de Investimento	17.049	18.329
Total do Ativo Realizável - Investimentos	618.765	637.457

7.1. Plano Plenus

7.1.1. Os “Títulos Públicos”, no total de R\$ 22.443 mil, estão aplicados em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) lastreadas em IPCA. O referido ativo é marcado pela curva e levado até o vencimento, não sofrendo oscilações geradas pela volatilidade do mercado.

7.1.2. Os “Ativos Financeiros de Créditos Privados”, no total de R\$ 18.460 mil, líquido das provisões para perdas estimadas, estão aplicados em Debêntures não Conversíveis do Hopi Hari S.A.;

7.1.2.1. Na Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, realizada no dia 20/12/2010, que representa 100% das debêntures em circulação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, ficou deliberado alterar as cláusulas e condições da Escritura da 1ª Emissão, as quais foram consolidadas em Instrumento Particular de Escritura de 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, firmado entre a PREVHAB, Hopi Hari e Oliveira Trust (Agente Fiduciário), com o

compromisso da Emissora efetuar mensalmente os pagamentos programados à PREVHAB, iniciados a partir de 18/12/2010 até 18/06/2039, cujos valores serão acrescidos de atualização monetária anual (INPC) em cada série, acrescidos de juros remuneratórios mensais de 4% ao ano que serão calculados antes de abatida a respectiva parcela de pagamento programado;

7.1.2.2. Na Assembleia Geral Extraordinária da Hopi Hari S.A., realizada no dia 20/12/2010, foi aprovada pela totalidade dos acionistas do capital social da Hopi Hari S.A. as novas condições de renegociação, pela Diretoria da Companhia, das condições e características das Debêntures de 1ª Emissão, com ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria para tal fim, e delegação, ainda, de poderes para tomar todas as medidas e assinar todos os documentos necessários e convenientes para implementar a renegociação das Debêntures de 1ª Emissão;

7.1.2.3. Em 20/12/2010, foi assinada a Consolidação da Escritura de Primeira Emissão de Debêntures do Hopi Hari, mediante a qual foi estabelecido o pagamento

do crédito da PREVHAB, em prestações mensais, com vencimentos de 18/12/2010 a 18/06/2039, com correção pelo INPC e juros de 4% ao ano.

71.2.4. O Conselho Deliberativo em sua 166ª Reunião Ordinária, realizada em 22/09/2016, considerando o pedido de recuperação judicial feito pelo Hopi Hari e, ainda, o fato de no dia 18/08/2016 ter-se completado o 3º mês de inadimplência do pagamento das parcelas do Aditivo firmado em 27/01/2016, aprovou que fosse considerado e caracterizado o disposto no item 19.2 Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissões de Debêntures, de modo a que toda dívida seja considerada como vencida e a taxa de juros seja elevada para 12% desde 2009, o que significa o crescimento da dívida em R\$ 28.292.163,68, passando o seu valor de R\$ 44.812.908,04 para R\$ 73.105.071,72, cuja diferença deverá ser provisionada em setembro/2016.

71.2.5. No dia 26/10/2016, o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Vinhedo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio do processo digital nº 1002265-62.2016.8.26.0659 deferiu o processamento da recuperação judicial de HH Participações S.A., HH Parques Temáticos S.A. e Hopi Hari S.A.

71.2.6. A Diretoria-Executiva da PREVHAB em sua 339ª Reunião Ordinária, realizada em 16/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou à Diretoria a planilha atualizada da dívida do Hopi Hari no período de 18/06/2009 a 18/12/2016, a juros de 12%, de conformidade com o item 19.2, Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, no total de R\$ 92.446.405,48, esclarecendo que o valor de R\$ 73.105.071,72 consignado na Ata de 331ª da Reunião Ordinária da Diretoria-Executiva, datada de 16/09/2016, corresponde ao valor da dívida atualizada a juros de 12%, a partir de 18/11/2010, em desacordo, portanto, com o disposto no item 19.2 da Consolidação daquela Escritura. A Diretoria, após debater a matéria, determinou que: 1) seja feito no balancete de dezembro/2016 o registro contábil da diferença de R\$ 16.639.111,40 entre a dívida de R\$ 92.446.405,48 e o saldo contábil de novembro/2016 de R\$ 75.807.294,08; 2) seja registra-

da, ainda no balancete de dezembro/2016, a diferença de R\$ 16.639.111,40, no saldo da conta de Provisão para Devedores Duvidosos; 3) seja dado conhecimento ao Conselho Deliberativo da nova situação. Na 170ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 26/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou ao Colegiado a planilha demonstrativa dos valores atualizados relativos à dívida do Hopi Hari.

71.2.7. A Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 400ª Reunião Ordinária, realizada em 13/08/2019, o Diretor-Presidente informou à Diretoria que a Diretoria do Hopi Hari não apresentou, até o momento, o novo Plano de Recuperação Judicial, nem tampouco haver o Juiz do processo marcado nova Assembleia Geral dos Credores. A Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 118ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/08/2021, aprovou a proposta do 3º termo aditivo do Plano de Recuperação Judicial do Hopi Hari que será apresentado na próxima Assembleia Geral dos Credores a ser realizada no dia 31/08/2021.

71.2.8. Na 231ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da PREVHAB, realizada em 17/02/2022, o Diretor de Administração e Previdência apresentou ao Colegiado o 5º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial do Hopi Hari homologado pelo Juiz da 1ª Vara da Comarca de Vinhedo em decisão proferida em 09 de fevereiro de 2022, publicada em 14 de fevereiro de 2022.

71.2.9. De março/2023 a dezembro/2025, o Hopi Hari pagou a PREVHAB o total de R\$ 9.919 mil, correspondente as 34 parcelas das 192 parcelas previstas no item 74.1.2 do 5º Aditivo do Plano de Recuperação Judicial.

71.3. Em atendimento ao artigo 30 da Resolução CNPC nº 43/2021, os demonstrativos a seguir, referentes aos exercícios de 2025 e 2024, apresentam os títulos classificados por categorias: "Títulos para Negociação", avaliados pelo valor de mercado, e os "Títulos Mantidos até o Vencimento", avaliados pelo custo amortizado, por rata dia até o vencimento, alocado na Carteira Própria e em Fundos de Investimentos Exclusivos do Plano de Benefícios Plenus:

Demonstrativo Consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados

Posição em 31.12.2025

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	31.872	30.772	-	134.869	197.513	197.513
LFT	-	7.808	-	-	7.808	7.808
LTN	-	6.173	-	-	6.173	6.173
Moeda de Privatização	-	98	-	-	98	98
Total de Títulos Públicos	31.872	44.851	-	134.869	211.592	211.592
Títulos Privados - Valor de Mercado						
Debêntures	-	-	-	379.078	379.078	379.078
Total de Títulos Privados	-	-	-	379.078	379.078	379.078
Total - Títulos e Valores Mobiliários	31.872	44.851	-	513.947	590.670	590.670

Posição em 31.12.2024

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	71.061	59.534	-	129.460	260.055	260.055
LFT	-	15.842	-	-	15.842	15.842
Moeda de Privatização	-	178	-	-	178	178
Total de Títulos Públicos	71.061	75.554	-	129.460	276.075	276.075
Títulos Privados - Valor de Mercado						
Debêntures	-	-	-	328.920	328.920	328.920
Total de Títulos Privados	-	-	-	328.920	328.920	328.920
Total - Títulos e Valores Mobiliários	71.061	75.554	-	458.380	604.995	604.995

Demonstrativo dos Títulos para Negociação

Posição em 31.12.2025

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	31.872	30.772	-	-	62.644	62.644
LFT	-	7.808	-	-	7.808	7.808
LTN	-	6.173	-	-	6.173	6.173
Moeda de Privatização	-	98	-	-	98	98
Total de Títulos Públicos	31.872	44.851	-	-	76.723	76.723
Títulos Privados - Valor de Mercado						
Debêntures	-	-	-	379.078	379.078	379.078
Total de Títulos Privados	-	-	-	379.078	379.078	379.078
Total - Títulos e Valores Mobiliários	31.872	44.851	-	379.078	455.801	455.801

Posição em 31.12.2024

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	71.061	59.534	-	-	130.595	130.595
LFT	-	15.842	-	-	15.842	15.842
Moeda de Privatização	-	178	-	-	178	178
Total de Títulos Públicos	71.061	75.554	-	-	146.615	146.615
Títulos Privados - Valor de Mercado						
Debêntures	-	-	-	328.920	328.920	328.920
Total de Títulos Privados	-	-	-	328.920	328.920	328.920
Total - Títulos e Valores Mobiliários	71.061	75.554	-	328.920	475.535	475.535

Demonstrativo dos Títulos Mantidos até o Vencimento

Posição em 31.12.2025

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	-	-	-	134.869	134.869	134.869
Total de Títulos Públicos	-	-	-	134.869	134.869	134.869

Posição em 31.12.2024

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	-	-	-	129.460	129.460	129.460
Total de Títulos Públicos	-	-	-	129.460	129.460	129.460

7.1.4. Os “Fundos de Investimento”, no total de R\$ 386.072 mil, estão aplicados nos seguintes segmentos:

➤ R\$ 359.038 mil no segmento de Renda Fixa, sendo R\$ 11.048 mil no Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhav Multimercado; R\$ 178.003 mil no Prevhav Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa; R\$ 106.656 mil no BNP Paribas Match DI FI Referenciado; R\$ 1.903 mil no Itaú Institucional Referenciado DI FI; R\$ 51.206 mil no Icatu Vanguarda Dinâmico Institucional FIF Multimercado Responsabilidade Ltda.; e R\$ 10.222 mil no Santander IRF M Títulos Públicos Renda Fixa FIF Responsabilidade Ltda.;

➤ R\$ 27.034 mil no segmento Imobiliário, no Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping.

7.1.5. Os “Investimentos em Imóveis” são demonstrados ao custo de aquisição ou reavaliação, no mínimo anualmente, com base nos laudos de avaliação;

7.1.5.1. Em 2025, as avaliações do Edifício Novo Mundo – RJ (prédio comercial totalmente reformado - 14 andares: 12.904 m²) e do Edifício Stela Angelorum – RJ (andares comerciais do 4º ao 13º andar: 3.200 m² + 24 vagas de garagem: 1.400 m²) foram realizadas pela AVALOR Engenharia de Avaliações Ltda., através dos Laudos de Avaliação, de 15/12/2025, aprovados pela Diretoria Executiva da PREVHAB na 128ª Reunião Extraordinária, de 15/12/2025, e pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB na 277ª Reunião Ordinária, de 18/12/2025, e apresentaram o resultado total líquido positivo de R\$ 1.865 mil, conforme demonstrado a seguir:

IMÓVEL - R\$ MIL	R\$ mil		
	TERRENO	CONSTRUÇÃO	TOTAL
1) EDIFÍCIO NOVO MUNDO - RJ			
a) Valor da Avaliação	38.000	83.000	121.000
b) Valor Contábil	38.000	82.252	120.252
c) Diferença (a-b)	0	748	748
2) EDIFÍCIO STELA ANGELORUM - RJ			
a) Valor da Avaliação	11.000	21.600	32.600
b) Valor Contábil	11.000	20.483	31.483
c) Diferença (a-b)	0	1.117	1.117
Total das Diferenças (1+2)	0	1.865	1.865

7.1.5.2. A composição dos "Investimentos em Imóveis", no total de R\$ 153.865 mil, é a seguinte: R\$ 6.310 mil dos imóveis de "Uso Próprio" localizados na Rua da Glória - RJ - 10º e 11º andares e R\$ 147.555 mil imóveis "Locados a Terceiros", já deduzidos os valores de provisões para perdas, estão localizados na Av. Presidente Wilson, 164 - RJ (R\$ 121.130 mil), Rua da Glória, 306 - RJ (R\$ 26.290 mil), Av. Jerônimo Monteiro, 1000 - ES (R\$ 126 mil) e Rua Buenos Aires, 68 - RJ (R\$ 9 mil);

7.1.5.3. Os "Investimentos em Imóveis", em 31/12/2025, representam 30,06% dos recursos garantidores (o limite legal estabelecido é de 20%), decorrente dos resultados das reavaliações dos imóveis, bem como das obras de retrofit do Ed. Novo Mundo - RJ. De acordo com o Inciso X do Art. 35 da Resolução CMN nº 4.994/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025, a reavaliação de imóveis é considerada como desequilíbrio passivo. As obras de retrofit do Edifício Novo Mundo são consideradas pela PREVIC como investimento de desequilíbrio passivo, conforme Ofício nº 3241/2012/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/08/2012.

7.1.5.4. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 100ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de março de 2011, aprovou a exposição de motivos do Diretor-Presidente para a realização das obras de retrofit do Edifício Novo Mundo - RJ. A PREVIC através do Ofício nº 3241/2012/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/8/2012, manifestou-se favorável de que as obras de retrofit do Ed. Novo Mundo - RJ seja considerado como investimento de desequilíbrio passivo.

7.1.6. As "Operações com Participantes", no total de R\$ R\$ 10.135 mil, referem aos empréstimos concedidos aos participantes e apresentam as seguintes condições:

- prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados mensalmente com base na variação do INPC e juros de 0,41% a.m., correspondente a 5,03% a.a.;
- prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados anualmente com base na variação do INPC e juros de 0,48% a.m., correspondente a 5,91% a.a., com opção de escolha do mês de reajustamento (abril, junho ou setembro);

► prazo máximo de 36 meses com prestações fixas e juros de 0,98% a.m., correspondentes a 12,42% a.a.

71.6.1. No exercício foram concedidos 56 empréstimos aos participantes no total líquido de R\$ 1.077 mil.

71.7. Os “Recursos a Receber – Precatórios”, no total de R\$ 10.643 mil, apresentam a seguinte composição: R\$ 6.738 mil dos terrenos de Aracaju – SE (precatórios n.ºs. 104/2016, 411/2021 e 1.913/2021) e R\$ 3.905 mil do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF (processo n.º 0006567-20.1996.4.02.5101/RJ).

7.2. Plano PGA

7.2.1. Os “Títulos Públicos”, no total de R\$ 98 mil, referem ao crédito a receber junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS do Contrato da Primeira Novação de Dívida n.º 290/2022/CAF – Processo SEI n.º 12105.100367/2022 – 57, celebrado entre a União Federal e a PREVHAB em 15/07/2022, através dos Certificados Variação Salarial – CVSA970101, com prazos de vencimentos até 1º de janeiro de 2027.

7.2.2. Os “Fundos de Investimento”, no total de R\$ 17.049 mil, estão aplicados em Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (R\$ 16.670 mil) e no Bradesco H FI RF Referenciado DI Longo Prazo (R\$ 379 mil).

8. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A posição consolidada do Ativo Imobilizado e Intangível em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

Descrição	Taxa de Depreciação / Amortização	R\$ mil	
		Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano PGA:			
a) Imobilizado		443	444
Instalações		80	80
Móveis e Utensílios	10% aa.	75	75
Máquinas e Equipamentos	10% aa.	285	286
Sistema de Comunicação	10% aa.	3	3
b) Intangível (Software)	20% aa.	264	262
Total do Ativo Imobilizado e Intangível		707	706

9. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:		
a) Retenções a Recolher	14	13
b) Recursos Antecipados	2	1
c) Valores Previdenciais a Repassar	448	441
d) Outras Exigibilidades:	6.090	712
Consignações a Repassar	136	36
Terceiros	5.451	175
Custeio Administrativo	503	501
Total do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial	6.554	1.167

9.1. Plano Plenus

9.1.1. As “Retenções a Recolher” de R\$ 14 mil referem-se a IRRF a recolher de ações judiciais.

9.1.2. Os “Recursos Antecipados” de R\$ 2 mil referem-se à contribuição de assistido sobre o 13º salário.

9.1.3. Os “Valores Previdenciais a Repassar” de R\$ 448 mil referem-se ao valor a ser repassado ao PGA.

9.1.4. As “Outras Exigibilidades” de R\$ 6.090 mil referem-se às Consignações a Repassar (R\$ 136 mil), Terceiros (R\$ 5.451 mil) e Custeio Administrativo (R\$ 503 mil).

10. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano PGA:		
a) Contas a Pagar	803	753
b) Retenções a Recolher	255	246
c) Tributos a Recolher	42	38
d) Outras Exigibilidades	2	2
Total do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa	1.102	1.039

10.1. Plano PGA

10.1.1. As “Contas a Pagar” de R\$ 803 mil referem-se às despesas administrativas (R\$ 791 mil) e provisões de férias de empregados (R\$ 12 mil).

10.1.2. As “Retenções a Recolher” de R\$ 255 mil referem-se aos valores de IRRF (R\$ 115 mil), INSS (R\$ 136 mil), ISS (R\$ 1 mil) e contribuição de previdência privada (R\$ 3 mil).

10.1.3. Os “Tributos a Recolher” de R\$ 42 mil referem-se aos valores PIS (R\$ 6 mil) e COFINS (R\$ 36 mil).

10.1.4. As “Outras Exigibilidades” de R\$ 2 mil referem-se à pensão alimentícia.

11. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Investimentos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano Plenus	36	30
Total do Passivo Exigível Operacional – Investimentos	36	30

11.1. **Plano Plenus:** os “Investimentos” de R\$ 36 mil referem-se aos valores a pagar dos honorários de sucumbência (R\$ 13 mil), depósito em caução (R\$ 17 mil), IRRF (R\$ 4 mil), INSS (R\$ 1 mil), PIS/COFINS/CSLL (R\$ 1 mil) do segmento Imobiliário.

12. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:		
Provisões de Ações Previdenciais	14.830	14.598
Valores a Regularizar	142	142
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(1.097)	(9.231)
Total do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial	13.875	5.509

12.1. Plano Plenus: as “Provisões de Ações Previdenciais” de R\$ 13.875 mil correspondem ao resultado do provisionamento de R\$ 14.830 mil das possíveis perdas em ações movidas por participantes contra a PREVHAB, valores a regularizar de R\$ 142 mil, deduzido da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 1.097 mil.

13. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
Provisões de Ações Trabalhistas	170	142
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(124)	(124)
Total do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa	46	18

13.1. Plano PGA: as “Provisões de Ações Trabalhistas” de R\$ 46 mil referem-se ao provisionamento de R\$ 170 mil das possíveis perdas em ações movidas

pelos empregados e ex-empregados da Entidade, deduzidas da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 124 mil.

14. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos Planos Plenus e PGA, apresenta a seguinte composição:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
.Plano Plenus:		
Patrimônio de Cobertura do Plano:	583.024	614.220
Provisões Matemáticas	628.277	627.318
Benefícios Concedidos	620.611	619.814
Benefícios a Conceder	7.666	7.504
Equilíbrio Técnico/Déficit Técnico Acumulado	(45.253)	(13.098)
.Plano PGA:		
Fundos	18.436	19.363
Fundos Administrativos	18.436	19.363
Total do Passivo do Patrimônio Social	601.460	633.583

14.1. Plano Plenus

14.1.1. O “Patrimônio de Cobertura do Plano” de R\$ 583.024 mil está composto dos valores das Provisões Matemáticas de R\$ 628.277 mil e do Equilíbrio Técnico/Déficit Técnico Acumulado de R\$ 45.253 mil.

14.1.2. As “Provisões Matemáticas” de R\$ 628.277 mil referem-se às provisões dos Benefícios Concedidos do Plano de R\$ 620.611 mil com os participantes assistidos e às provisões dos Benefícios a Conceder do Plano de R\$ 7.666 mil com os participantes ativos, conforme Parecer Atuarial do Plano de Benefícios Plenus de 31/12/2025 elaborado pela HR Serviços Atuariais Ltda., em 19/02/2026.

14.1.3. O “Equilíbrio Técnico/Déficit Técnico Acumula-

do do Plano de R\$ 45.253 mil corresponde -7,20% do total das Provisões Matemáticas de R\$ 628.277 mil.

14.1.4. A HR Serviços Atuariais Ltda. no Parecer Atuarial, de 19/02/2026, apresenta a seguinte conclusão: *“Informamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou, em 31/12/2025, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário em R\$ 45.252.873,06, acima do limite estabelecido de R\$ 24.723.329,73, havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2026 para o valor mínimo de R\$ 20.529.543,33.”*

14.1.5. As hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2025 foram:

Taxa real anual de juros	4,60 % a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,9832
Fator de capacidade para os benefícios	0,9832
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos - família real Ativos: 95% casados, com esposa 4 anos + jovem

14.2. Plano PGA

14.2.1. Os “Fundos” de R\$ 18.436 mil, destinados à cobertura das despesas de custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, referem-se ao saldo do Fundo Administrativo do Plano de Benefícios Plenus.

vo de R\$ 927 mil (Receitas: R\$ 10.826 mil – Despesas Administrativas: R\$ 11.757 mil + Reversão de Contingências: R\$ 4 mil).

15. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO PREVIDENCIAL

15.1. Plano Plenus

15.1.1. No ano de 2025, foi apurado Déficit Técnico no Plano de R\$ 32.155 mil devido ao resultado negativo da Gestão Previdencial de R\$ 64.394 mil e ao resultado positivo dos Fluxos dos Investimentos de R\$ 32.239 mil.

16.2. Indicadores de Gestão: os resultados no ano de 2025 foram os seguintes:

16.2.1. Taxa de Administração (Recursos Transferidos ao PGA: R\$ 8.451 mil/Recursos Garantidores (Plenus+PGA): R\$ 619.356 mil = 1,36%;

16.2.2. Taxa de Carregamento (Recursos Transferidos ao PGA: R\$ 8.451 mil/Fluxo Previdenciário: R\$ 65.661 mil) = 12,87%;

16.2.3. Despesas Administrativas: R\$ 11.757 mil/Ativo Total (Plenus+PGA): R\$ 623.072 mil = 1,89%;

16.2.4. Despesas Administrativas: R\$ 11.757 mil/ Receitas Administrativas: R\$ 8.451 mil = 1,39%;

16.2.5. Despesas Administrativas: R\$ 11.757 mil/População do Plano Plenus: 510 = R\$ 23 mil;

16.2.6. Ativo Total (Plenus+PGA): R\$ 623.072 mil/ População do Plano Plenus: 510 = R\$ 1.222 mil.

16. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

16.1. Plano de Gestão Administrativa – PGA

16.1.1. No ano de 2025, o resultado do Plano foi negati-

17. Fatos Relevantes

17.1. Política de Investimento

17.1.1. Em cumprimento às determinações da Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202, de 27/03/2025, foi aprovada pela Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 551ª Reunião Ordinária, de 1º/12/2025, e pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 277ª Reunião Ordinária, de 18/12/2025, as Políticas de Investimento do Plano de Benefícios Plenus e Plano de Gestão Administrativa – PGA com vigência de 01/01/2026 a 31/12/2030, e disponibilizadas aos participantes, na íntegra, na página da Internet da PREVHAB.

17.2. Orçamento das Despesas Administrativas

17.2.1. Em cumprimento às disposições da Resolução CNPC/MPS nº 62, de 09/12/2024, foi aprovado pela Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 552ª Reunião Ordinária, 10/12/2025, e pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 277ª Reunião Ordinária, de 18/12/2025, o Orçamento das Despesas Administrativas e os Indicadores para Avaliação da Gestão Administrativa para o ano de 2026 do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

17.3. Ajuste de Precificação dos Títulos Federais

17.3.1. Nos exercícios de 2025 e 2024, os títulos públicos federais classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento apresentaram a duração do fluxo dos títulos objeto do ajuste superior à duração do passivo, consequentemente o resultado do ajuste de precificação é zero.

18. Ajustes e Eliminações

18.1. Os efeitos da consolidação seguem as normas estabelecidas pela Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, e Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, e representam os saldos do Plano de Benefícios Plenus e do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

18.2. As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo do PGA”, sempre que aplicável.

18.3. Para anular os efeitos das obrigações e dos direitos entre o Plano Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa, foram feitos os seguintes lançamentos de consolidação dos balancetes conforme quadro a seguir:

Consolidação dos Balancetes 31/12/2025

Grupos de Contas	Planos		Eliminação da Consolidação		
	Plenus	PGA	Débito	Crédito	Saldo Consolidado
Disponível	97	530	-	-	627
Realizável	621.828	18.347	-	(18.436)	621.739
Gestão Previdencial	1.774	-	-	-	1.774
Gestão Administrativa	18.436	1.200	-	(18.436)	1.200
Investimentos	601.618	17.147	-	-	618.765
Imobilizado e Intangível	-	707	-	-	707
Total do Ativo	621.925	19.584	-	(18.436)	623.073
Exigível Operacional	6.590	1.102	-	-	7.692
Gestão Previdencial	6.554	-	-	-	6.554
Gestão Administrativa	-	1.102	-	-	1.102
Investimentos	36	-	-	-	36
Exigível Contingencial	13.875	46	-	-	13.921
Gestão Previdencial	13.875	-	-	-	13.875
Gestão Administrativa	-	46	-	-	46
Patrimônio Social	601.460	18.436	(18.436)	-	601.460
Patrimônio de Cobertura do Plano	583.024	-	-	-	583.024
Fundos	18.436	18.436	(18.436)	-	18.436
Administrativos	18.436	18.436	(18.436)	-	18.436
Total do Passivo	621.925	19.584	(18.436)	-	623.073



MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78



GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34



MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68



ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4
CPF 702.229.677-49

Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento do Exercício de 31/12/2025



INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus, administrado pela PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, apresentamos a seguir nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2025.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base das informações biométrico-salariais dos Participantes e Assistidos considerados no presente estudo foi 31/12/2025.

Essas informações foram fornecidas pela PREVHAB à HR SERVIÇOS ATUARIAIS que, após a realização de testes considerados apropriados e efetuados os

devidos acertos em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins da presente avaliação atuarial.

A análise efetuada pela HR SERVIÇOS ATUARIAIS na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial teve por objetivo, única e exclusivamente, a identificação e a correção de eventuais distorções, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PREVHAB, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características dos participantes estão elencadas abaixo.

PARTICIPANTES ATIVOS

	Em 31/12/2025
Frequência	2
Idade Média	68 anos
Tempo Médio de Serviço	44 anos
Tempo Médio de Contribuição	44 anos
Salário Mensal Médio (R\$)	27.598,25

PARTICIPANTES APOSENTADOS

Em 31/12/2025	Aposentados Válidos	Aposentados por Invalidez
- Frequência	327	27
- Idade Média	79 anos	74 anos
- Benefício Mensal Médio (R\$)	11.696,44	2.915,00

PENSIONISTAS

	Em 31/12/2025
Frequência de Pensões	147
Frequência de Pensionistas	162
Idade Média (vitalícios)	74 anos
Benefício Mensal Médio (R\$)	5.863,95

Os valores são nominais e estão posicionados em 31/12/2025. Importante observar que as estatísticas aqui apresentadas podem eventualmente ser divergentes daquelas constantes nos sistemas da PREVHAB, justamente por conta dos ajustes feitos na base de dados para fins de avaliação atuarial.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

A avaliação atuarial é o estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir não só os valores esperados relativos aos participantes já recebendo benefício quanto aqueles que ainda se encontram em atividade.

Desse modo, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e nível de benefícios do INSS, dentre outras) e as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Na avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais na apuração das Provisões Matemáticas em 31/12/2025.

HIPÓTESE	em 31/12/2025
Taxa real anual de juros	4,60% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,9832
Fator de capacidade para os benefícios	0,9832
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos: família real Ativos: 95% casados, com esposa 4 anos + jovem

RISCOS ATUARIAIS

Considerando que o Plano de Benefícios Plenus está estruturado na modalidade de Benefício Definido, todas as hipóteses adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudos específicos de aderência realizados em 2025 (Relatório HR/079/2025), que tomaram como base a população existente em 31/12/2024. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na sede da PREVHAB.

A adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico (Relatório HR/078/2025), de modo a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados apontaram a taxa máxima de 5,04% a.a.

A taxa real anual de juros foi mantida em 4,60% a.a.,

respeitando os limites estabelecidos pela Portaria nº 343, de 13/04/2025, que definiu o limite mínimo de 3,69% a.a. e o limite máximo de 5,66% a.a., considerando a duração do passivo do plano aproximada para 8,5 anos em 31/12/2024 (a duration foi de 99 meses, conforme DA de 2024).

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção para a avaliação de encerramento do exercício de 2025 das hipóteses atuariais, com exceção do Fator de Capacidade de Salários e Benefícios, que foi reduzido de 0,9866 para 0,9832. Estas também serão as premissas consideradas para o cálculo das provisões ao longo de 2026.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefícios Plenus, à exceção do Pecúlio Especial, que é estruturado no regime de repartição simples. Informamos também que não ocorreram alterações nos métodos atuariais com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2025.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

Em nossa opinião, portanto, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30/2018, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estrutura-

ção de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

De acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2025 é a apresentada no quadro a seguir.

Descrição	EM R\$
PROVISÕES MATEMÁTICAS	628.277.038,12
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	620.610.633,59
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	620.610.633,59
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS- ASSISTIDOS	460.376.061,93
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	160.234.571,66
BENEFÍCIOS A CONCEDER	7.666.404,53
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	7.392.408,93
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	7.392.408,93
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	273.995,60
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	273.995,60
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-

Os valores das provisões matemáticas foram apurados considerando-se o Regulamento do Plano vigente em 31/12/2025. Informamos que não houve alteração regulamentar que tenha gerado impacto ou influenciado no resultado apurado no final do exercício de 2025.

RESULTADO CONTÁBIL EM 31/12/2025

O Equilíbrio Técnico do Plano de Benefícios Plenus foi determinado com base nas Provisões Matemáticas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos fornecidos pela PREVHAB, posicionados em 31/12/2025.

O Plano de Benefícios Plenus encerrou o exercício de 2025 com resultado deficitário de 7,20% das provisões matemáticas.

Descrição	EM R\$
ATIVO TOTAL	621.924.755,00
(-) EXIGÍVEL OPERACIONAL	6.589.831,51
(-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	13.874.813,43
(=) PATRIMÔNIO SOCIAL	601.460.110,06
(-) FUNDOS	18.435.945,00
PREVIDENCIAL	-
ADMINISTRATIVO	18.435.945,00
INVESTIMENTOS	-
(=) PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	583.024.165,06
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	628.277.038,12
PM DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	620.610.633,59
PM DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	7.666.404,53
PM A CONSTITUIR	-
(=) EQUILÍBRIO TÉCNICO	(45.252.873,06)
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(45.252.873,06)

Informamos que a HR SERVIÇOS ATUARIAIS não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios Plenus, tendo se baseado na informação fornecida pela própria PREVHAB.

Com relação à estruturação das Provisões, informamos:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e o pecúlio por morte do válido e do inválido foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi

registrada na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.03.01.01.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro válido ou inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO EM 31/12/2025

Conforme informado pela Prevhab, dado que o plano não possui ajuste de precificação, o Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) é deficitário em R\$ 45.252.873,06.

O resultado do ETA é o efetivamente considerado pelo sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficit.

Descrição	EM R\$
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	583.024.165,06
PROVISÕES MATEMÁTICAS	628.277.038,12
(=) SUPERÁVIT/(DÉFICIT) ACUMULADO	(45.252.873,06)
(+/-) AJUSTE PRECIFICAÇÃO	-
(=) SUPERÁVIT/(DÉFICIT) ACUMULADO AJUSTADO	(45.252.873,06)

Segundo registros contábeis, não verificamos a existência de Dívidas Contratadas, Equacionamento de Déficits ou amortização de Serviço Passado.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A variação positiva de 0,15% no valor das provisões matemáticas, de R\$ 627.318.815,39 em 31/12/2024 para R\$ 628.277.038,12 em 31/12/2025, está consistente com a movimentação de participantes, pagamento de benefícios e envelhecimento natural da massa em um plano fechado. O INPC acumulado de dez/2024 a nov/2025 foi de 4,18% (índice de reajuste dos benefícios).

VARIAÇÃO E NATUREZA DO RESULTADO

A rentabilidade nominal líquida auferida pelos investimentos (5,44%) foi inferior à meta atuarial do Plano (8,98%) em 31/12/2025 (1).

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2025, um déficit técnico acumulado de R\$ 45.252.873,06, equivalente a 7,20% das provisões matemáticas do plano.

(1) Considerando INPC acumulado de dez/2024 a nov/2025.

Apurada a duration do passivo de 7,9351 anos em 31/12/2025, temos:

➤ $(duration \times 1\%) - 4\% = 3,9351\%$

➤ Limite para equacionamento do déficit: $= 3,9351\% \times 628.277.038,12 = 24.723.329,73$

Uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) negativo de R\$ 45.252.873,06 ficou acima do limite estabelecido de R\$ 24.723.329,73, será obrigatório elaborar e aprovar Plano de Equacionamento de Déficit Técnico durante o exercício de 2026 para o valor mínimo de déficit igual a **R\$ 20.529.543,33**, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018.

CONTRIBUIÇÕES

Os participantes ativos deverão contribuir para o Plano de Benefícios Plenus de acordo com o disposto no art. 11 do Regulamento do Plano:

a) 1% (um por cento) sobre a parcela menor ou igual à metade do maior salário-de-contribuição para a Previdência Social;

b) 3,5% (três e meio por cento) sobre a parcela superior à obtida de acordo com a alínea anterior e menor ou igual ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social; e

c) 8,5% (oito e meio por cento) sobre a parcela superior ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social.

Os participantes aposentados e pensionistas não contribuem para o plano.

Conforme definido no Plano de Custeio, será cobrada dos participantes ativos a taxa de 10% da contribuição previdenciária a título de taxa administrativa. Para os assistidos, foi mantido o percentual de 4% sobre o valor do benefício, exceto para as pensões com DIB anterior a 18/07/2011.

CONCLUSÃO

Informamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou, em 31/12/2025, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário em R\$ 45.252.873,06, acima do limite estabelecido de R\$ 24.723.329,73, havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2026 para o valor mínimo de **R\$ 20.529.543,33.**

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2026.

ANDREA VANZILLOTTA

MIBA nº 1000 - CPF nº 920.040.087-68

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis



Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
PREVHAB – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
Rio de Janeiro

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e por plano de benefícios e plano de gestão administrativa, as demonstrações individuais por plano de benefícios, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLE-

MENTAR e individual do Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado e do Plano de Benefícios e de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. ÊNFASE

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14.14. às demonstrações contábeis, e de acordo com o Parecer Atuarial emitido pela HR Serviços Atuariais Ltda., em 19 de fevereiro de 2026, o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou, em 31 de dezembro de 2025, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário no montante de R\$ 45.252.873,06, superior ao limite estabelecido de R\$ 24.723.329,73.

Em decorrência desse cenário, encontra-se caracterizada a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit ao longo do exercício de 2026, para o valor mínimo de R\$ 20.529.543,33, conforme previsto na regulamentação aplicável.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR.

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, do plano de benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

5. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como ne-

cessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

6. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as

evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à perenidade do Plano e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação do plano e de não manter a continuidade da Entidade;

e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de março de 2026

FERNANDO MOTTA AUDITORES
CRCMG - 12.557 | CVM - 12.815

Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador CRCRJ - 46.114-0

Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 01/2026

O Conselho Fiscal da Prevhav Previdência Complementar, no exercício de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no inciso III do Art. 45 do Estatuto da Entidade, após concluir o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas da PREVHAB, de 31 de dezembro de 2025, em sua 94ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de março de 2026, por videoconferência, considerando a equação daquelas Demonstrações Contábeis às normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, tendo em vista o Parecer Atuarial da HR Serviços Atuariais Ltda., datado de 19 de fevereiro de 2026, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela Fernando Motta Auditores, em 23 de março de 2026, e a aprovação da Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 557ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de março de 2026,

RESOLVE:

Aprovar, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prevhav Previdência Complementar, referentes ao Plano de Benefícios Plenus e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, por entender que as mesmas representam de forma adequada sua situação financeira e patrimonial.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

Carlos Alberto Gonçalves da Costa
Presidente
CPF: 382.701.707-63

Cândido de Almeida Neto
Titular
CPF: 036.765.797-04

Mauro Souza Monte
Titular
CPF: 316.421.607-68

Resolução do Conselho Deliberativo



CONSELHO DELIBERATIVO RESOLUÇÃO - RCD 01/2026

Em sua 280ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de março de 2026, o Conselho Deliberativo da Prevhav Previdência Complementar, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o Parecer do Conselho Fiscal nº 001/2026 exarado em sua 94ª Reunião Ordinária, de 25 de março de 2026,

RESOLVE:

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prevhav Previdência Complementar referentes aos Planos de Benefícios PLENUS e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025.
2. A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026.

Luiz Augusto de Oliveira Ferreira
Presidente
CPF 020.086.457-20

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

2025



PREVHAB Previdência Complementar

Rua da Glória, 306 - 10º e 11º andares - Glória
Rio de Janeiro - RJ / CEP 20241-180

Telefones:

Capitais e Regiões Metropolitanas: (21) 3828-2098

Demais localidades: 0800 591 9364

www.prevhab.com.br